



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



CULTURA  
ACADÊMICA  
*Editora*

# Conselhos operários e a perspectiva de rupturas históricas:

cem anos da Revolução de Outubro  
Milton Pinheiro

**Como citar:** PINHEIRO, M. Conselhos operários e a perspectiva de rupturas históricas: cem anos da Revolução de Outubro. *In:* DEO, A.; BATISTA, F. M. (org.). **100 Anos da Revolução Russa:** a transição socialista como atualidade histórica. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 99-116.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p99-116>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# CONSELHOS OPERÁRIOS E A PERSPECTIVA DE RUPTURAS HISTÓRICAS: CEM ANOS DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

*Milton Pinheiro*

Os caminhos da revolução proletária, e seu consequente arcabouço teórico, sempre estiveram em debate durante o século XX. Mesmo que alguns estudiosos questionem os fundamentos de uma teoria da revolução, da transição e do Estado socialista no arcabouço teórico elaborado no pensamento marxiano e engelsiano, podemos afirmar que existem pistas concretas que podem nos orientar na perspectiva teórico-política que nos permitam examinar os acontecimentos revolucionários pretéritos e a perspectiva de rupturas históricas no tempo presente.

O conjunto de questões que possibilitam o debate sobre os Conselhos Operários ganhou relevância no contexto histórico da reflexão sobre os cem anos da Revolução Russa de outubro de 1917, assim como, a necessidade de os trabalhadores entrarem em cena a partir dos sinais concretos da barbárie capitalista, na atualidade histórica. A temática dos

<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p99-116>

Conselhos Operários se insere, a partir da experiência histórica, no debate mais profundo sobre a transição.

A transição é um objeto empírico e político, seu sentido encontra ressonância na teoria e na prática dos Conselhos Operários e na história das revoluções do século passado. Neste artigo trabalharemos alguns aspectos da teoria marxista que, com base na realidade concreta, avançam na compreensão dos processos revolucionários. A exemplo do tema da transição examinado por Marx e Lenin, nos seus estudos sobre a Comuna de Paris. A interpretação da democracia na visão de Rosa Luxemburgo. O tema seminal da tomada do poder em algumas reflexões de Antonio Gramsci. O debate sobre o Estado no processo de transição, examinado por György Lukács e o princípio as socialização na transição, a partir de Karl Korsch.

### **MARX E A COMUNA DE PARIS: PISTAS SOBRE A TRANSIÇÃO<sup>1</sup>**

Ao analisar a Comuna de Paris, por sua importância para o desenvolvimento da luta do movimento operário e socialista, Marx avançou no debate e abriu trilhas teóricas sobre o Estado e a democracia no processo de ruptura e transição. Essa análise permitiu que Marx elaborasse uma noção basilar sobre o poder, efetivando uma descoberta histórica que marcou a perspectiva da transição: “a classe operária não pode apoderar-se da máquina estatal já pronta e colocá-la em movimento por seus próprios objetivos”, (MARX, 2013) percebendo, portanto, ser necessário a destruição do aparato de Estado capitalista.

Essa tese marxiana se comprovou com o surgimento do segundo império e o estabelecimento, confirmado, da burguesia no poder. Todo esse processo foi desvelado pela presença dos prussianos na França e com a promiscuidade do imperialismo, fazendo com que a recente sociedade que subjuguou o feudalismo se transformasse no instrumento de subjugação dos trabalhadores. A Comuna revolucionária se constituiu, para Marx, no contraponto ao império; foi com o grito da “república social” que os

---

<sup>1</sup> Referências para este debate estão em MARX, K. A guerra civil na França (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano. (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 49-58.

trabalhadores inauguraram a revolução de fevereiro e iniciaram o processo de destruição do Estado burguês; constituindo o povo em armas. O poder operário foi organizado em conselhos, eleitos pelo sufrágio universal por toda Paris, sendo seus mandatos revogáveis a qualquer momento em que o povo, assim, considerasse pertinente.

Um dos elementos centrais foi repudiar a forma de governo parlamentar e organizar-se como uma “corporação de trabalho”, que exercia as funções legislativas e executivas ao mesmo tempo. Os conselhos da Comuna consideraram importante a destruição do aparato da opressão espiritual, e uma série de medidas foram tomadas contra os padres e a igreja, decretando a “dissolução e a desapropriação” dos seus bens, livrando as escolas da influência da igreja, tornando-as gratuitas e livres da ideologia confessional.

A Comuna, de acordo Marx (2013), com o seu poder em movimento, exercido pelos diversos conselhos, questionou o poder até então vigente. Tornou-se um governo da classe operária, revelando-se uma forma política na qual os trabalhadores organizados conseguiram exercer a democracia de classe, o autogoverno dos produtores, a democracia de novo tipo; enfim, a possibilidade da ditadura do proletariado. Com essa circunstância, a partir da mudança nas relações sociais, o trabalho é emancipado, a propriedade privada é derrotada e o comunismo se apresenta como a bandeira dos conselhos da Comuna.

É evidente que a Comuna não queria nem milagre nem utopia, mas, sim, a materialidade da forma política encontrada para fazer valer o poder dos trabalhadores. Como experiência de transição pautada nos conselhos, a Comuna transpareceu contradições, contudo, não trataremos dessas questões no escopo desse artigo.

## PRIMEIRAS TENSÕES DE LENIN SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO<sup>2</sup>

Lenin compreendeu o processo de transição no debate sobre a dicotomia entre democracia burguesa e ditadura do proletariado

<sup>2</sup> Referências para essa discussão encontram-se em: LENIN, Vladimir. Teses sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 77-83.

(democracia da maioria), a partir da análise que ele dedicou aos acontecimentos da Comuna de Paris. Orientando-se pelas trilhas abertas por Marx para entender aquela epopeia histórica, Lenin analisou o caráter repressor e classista do parlamento burguês, identificando o discurso da democracia em geral como um aporte da dominação política e ideológica da burguesia. Neste programa de estudo, ele reafirmou o distanciamento da Comuna da forma de governo parlamentar que representava a defesa da “democracia em geral”, na forma defendida pela burguesia, que em verdade correspondia a defesa dos seus próprios interesses de classe, como condição para dirigir o projeto de dominação e manter seus privilégios. Lenin reafirmou, a partir da experiência da Comuna, a necessidade de destruição do aparato de Estado da burguesia, que deve ser substituído “por uma organização autônoma de massas dos operários” (LENIN, 2013); isso como reafirmação, em novos patamares, da experiência pretérita, mas, também, como possibilidade futura, em que se configuraria o instrumental da transição na forma política da ditadura dos conselhos como uma democracia de novo tipo.

É preciso compreender que essas características do processo de transição não devem permitir que os trabalhadores capitulem diante da falsa liberdade, pois em nenhum momento da história a burguesia, mesmo quando foi revolucionária, permitiu a “democracia pura”. Portanto, a questão que se coloca é a de liberdade para quem? Seria permitido à burguesia reunir os agrupamentos reacionários e contrarrevolucionários, corromper a imprensa, manter o princípio das liberdades que interessam à “democracia em geral” (como forma ideológica de dominação)? A essa questão, Lenin responde com a necessidade da ditadura do proletariado, como forma legítima “de derrubar os exploradores e reprimir a sua resistência”.

O processo de experiência da Comuna de Paris, também vivido, em outras circunstâncias pelos soviets da revolução russa, não poderia tergiversar politicamente – “qualquer sonho com uma terceira via é uma lamentação reacionária de pequeno-burguês”. O poder soviético deveria exercer a sua forma política de transição manifestada na ditadura dos conselhos, pois sua essência “é a organização maciça precisamente das classes

que eram oprimidas pelo capitalismo” (LENIN, 2013). A organização dos Conselhos, para Lenin, deve estar “adaptada ao papel dirigente do proletariado”. É ela que permite a destruição do arcabouço material, político e jurídico da burguesia. Portanto, a tarefa dos revolucionários é a supressão do Estado, até então visto a partir do poder dos Conselhos, como a possibilidade política da transição. Contudo, esse processo apresenta ainda uma novidade política: a necessidade do pleno exercício das condições materiais se realizarem na vida dos trabalhadores para que se possa exercer a realização da liberdade.

### ROSA LUXEMBURGO E A DEMOCRACIA SOCIALISTA<sup>3</sup>

O debate sobre o caráter da democracia perpassa o conjunto das preocupações de Rosa Luxemburgo. Um dos primeiros debates animado por ela, tratava-se da dissolução da Assembleia Constituinte de novembro de 1917 e da análise sobre a Revolução Russa. A revolucionária polonesa considerava que essa medida seria uma modificação tática na ação dos bolcheviques e analisou o que teria sido determinante para o comportamento de “Lenin e camaradas”, já que este defendia que a Assembleia Constituinte seria a porta de entrada para a revolução. O cerne do debate consolida-se no entendimento sobre o que qualifica ou não a democracia, mas também sobre o horizonte tático imediato dos bolcheviques nos primeiros momentos da revolução.

Para Rosa, Lenin e Trotsky poderiam, ao examinar a questão da composição social da Assembleia Constituinte, e o conteúdo político nela manifestado (pela presença de apoiadores de Kerenski e das pautas colocadas pelos Narodnikis), extrair justificativas convincentes para a sua dissolução. No entanto, para Rosa, as eleições ocorreram “antes do ponto de mudança decisivo, a reviravolta de outubro, e que em sua composição, a Assembleia Constituinte, refletia a imagem do passado superado” (LUXEMBURGO, 2013). Contudo, ela se detém nos argumentos diferenciados utilizados por Trotsky a respeito das eleições, quando este afirmou que a representação

<sup>3</sup> O arcabouço desse debate encontra-se em: LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 89-101.

popular advinda de eleições gerais durante qualquer revolução não fazia sentido para os interesses da revolução. Rosa prossegue na sua polêmica, qualificando as ideias de Trotsky como “esquemáticas”, já que para ele a assembleia eleita representava apenas o momento em que o eleitorado marchou para votar naquele contexto específico. Desafiando essa ideia, Rosa afirma que as experiências históricas demonstram que a “opinião popular banha constantemente os corpos representativos, penetra neles, e os dirige”.

Para Rosa Luxemburgo, a revolução contribui para que a opinião popular seja reanimada e pulse de forma mais vigorosa, exercendo uma influência muito grande “sobre os corpos representativos”. Sendo assim, as eleições no processo de consolidação da revolução são uma contribuição ao seu fortalecimento justamente pela participação popular, que faz tremer essas assembleias (parlamento). A preocupação com a questão da democracia apresentada por Rosa Luxemburgo, não obstante inspirar um princípio de radicalidade, pode tangenciar o poder concreto do aparato ideopolítico da burguesia e sua capacidade de reação.

Os líderes da revolução de outubro ainda sofreriam críticas, pois, Rosa considerava que eles eliminaram a democracia em geral. As medidas empreendidas obstruíram as fontes da “vida política ativa, livre, enérgica das amplas massas populares”. Seus argumentos afirmavam que as propostas de Lenin e Trotsky, por elementar princípio, eram contra o corpo parlamentar surgido do processo eleitoral, pois queriam apenas se ancorar na formação dos Conselhos. Nesse debate, ela questionava ainda a base do direito eleitoral surgido da elaboração do governo soviético, qualificando-a como uma forma política limitada por permitir apenas o direito de sufrágio aos trabalhadores, negando-o ao restante da população. Esse debate pode ter como alicerce os contrapontos do sufrágio eleitoral, suas bases jurídicas e a questão dos Conselhos, embora compreenda-se que não sejam excludentes. Todavia, ao centralizar numa ou noutra questão a ênfase da participação social, o debate torna-se dicotômico. Rosa tem uma compreensão de que o direito eleitoral e o sufrágio devem atender a todos, e não somente àqueles que estão no processo de trabalho. Na transição para o socialismo, é necessário o voto universal para todos. Conforma-se na

elaboração de Rosa, a defesa das liberdades democráticas substantivas como embrião para fazer avançar a transição. De acordo com ela, ao sufocar a vida pública seca-se a fonte da experiência política, tão necessária ao processo vivo da transição. A crítica de Rosa se consolida ao chamar de “absurdos” os pressupostos que afirmam o direito eleitoral na transição soviética como algo à parte da realidade em construção. Considerava anacrônico avançar com as ideias que só se configurariam efetivamente no socialismo, e não no processo de transição. Critica duramente a posição de Trotsky sobre o peso dos corpos eleitorais (o valor do voto para o operário, para o camponês e para setores da pequena burguesia), qualificando-o como insuficiente. A defesa de Rosa por direitos era vista pelos bolcheviques, a grosso modo, como afirmação da instituição do aparato burguês (liberdade de imprensa, direito de associação, direito de reunião). Acirrou-se o debate, no entanto, compreendo que o processo de transição deve conter em suas práticas o cerceamento da democracia em geral, pois esta age como uma cortina de fumaça para falsear os interesses de classe da burguesia como se fossem direitos das massas em geral. Contudo, a preocupação de Rosa era de que os bolcheviques, pelo enorme esforço feito na vitória da revolução, precisariam, para afirmar o seu poder, da “mais intensa formação política das massas e do acúmulo de experiência” (LUXEMBURGO, 2013).

Esse rico debate pertence ao campo do acúmulo de experiências que os revolucionários precisam apreender como algo que pode auxiliar a desvendar o processo de transição. O aporte teórico e concreto trazido por Rosa chama a atenção por ela considerar que a riqueza da experiência socialista, por sua novidade, está na liberdade e na democracia; uma democracia de novo tipo, que opõe vida pública à burocracia e que, portanto, não permitirá que a burocracia crie o seu domínio. Essa interpretação, ao lado das posições de Lenin e de Trotsky, ainda que antagônicas, contribui para que o movimento operário encontre a forma política da democracia socialista.

Para Rosa, “é tarefa histórica do proletariado, ao conquistar o poder, criar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa, e não eliminar toda a democracia”, prosseguindo que a questão da ditadura deve ser “obra da classe, e não de uma pequena minoria dirigente agindo



em nome da classe”. Essa observação se reveste de necessária reflexão após os acontecimentos contrarrevolucionários que derrotaram a URSS e os países das chamadas democracias populares no Leste Europeu, em fins do século XX. Não obstante a proximidade histórica, podemos extrair algumas questões em aberto desse debate: “os corpos representativos populares” teriam força para garantir a revolução? No socialismo, teríamos democracia para todos? Como garantir uma “vida política ativa das massas” no socialismo – já que a experiência enfrentou problemas de déficit democrático? Esse debate continua com a intensa presença de Rosa e dos revolucionários bolcheviques.

#### **GRAMSCI E A QUESTÃO DO OPERADOR POLÍTICO: A TOMADA DO PODER<sup>4</sup>**

A importância da tomada do poder encontra na necessidade de construção do operador político uma ancora basilar no pensamento de Antonio Gramsci. O pensador italiano consolidou no pensamento político moderno a necessidade do operador da práxis revolucionária: o partido. Na análise de Gramsci sobre a temática dos Conselhos a partir da questão da tomada do poder do Estado, ele começa estudando as modificações ocorridas pela concentração capitalista em virtude do aperfeiçoamento do modo de produção. Essas transformações, naquele período em curso, impõem aos marxistas novas leituras para apreender a dinâmica dessa realidade concreta, no sentido de entender as modificações no contexto societário que transformou o trabalhador em indivíduo-cidadão, encaixado no processo de concorrência que gerou o individualismo.

A concentração capitalista criou o extremo dos privilégios para a burguesia e dificultou a luta para os de baixo, que deve operar para conseguir a solidariedade “que se torna essencial para a classe trabalhadora” (GRAMSCI, 2013). Em Gramsci, a unidade de classe deve ser entendida como elemento de suma importância para a “Revolução Proletária”. Em virtude dos interesses da burguesia, o Estado sempre foi protagonista da história, pois se trata do aparelho que reúne as condições para que a classe

<sup>4</sup> Balizas dessa reflexão encontram-se em: GRAMSCI, Antonio. A conquista do Estado. In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 119-125.

capitalista possa exercitar a “predominância na direção e no disciplinamento da sociedade”. Os trabalhadores, nesse contexto, estão difusamente postos no ambiente da concorrência. A vanguarda, que apenas compreendia a luta como instrumento da causa corporativa, estabelecida nas formulações da Segunda Internacional, sucumbiu ao sindicalismo de corte apolítico que produziu muitos equívocos espontaneístas e não conseguiu “educar para revolução a classe trabalhadora”. Essa visão e conduta sindical não combatia o Estado e terminou por negar a luta política.

Para Gramsci, a presença do partido será fundamental para transformar a missão do proletariado ao torná-lo mais consciente do seu movimento dentro do processo das lutas de classes. Articulando a luta pela tomada do poder de Estado, os comunistas não devem abandonar as demandas corporativas, mas devem entendê-las de forma crítica, interrogando-as constantemente. O movimento da luta operária pelo Estado não será a troca de pessoal nem de modelo, mas sim, a construção de um novo arcabouço ideo-político que pode responder às novas características da sociedade em transição.

De uma forma mais explícita, encontramos em Marx a formulação mais contundente para esse processo histórico: a destruição do aparato do Estado burguês. Em Gramsci, pela preocupação com os meandros da concorrência econômica, a forma política sugerida para a transição é a “experiência associativa da classe proletária e a substituição do Estado democrático-parlamentar por ela”. A transição será organizada pela associação dos trabalhadores no sentido de criar instrumentos que, no processo de insolvência da burguesia, poderão gerar novos órgãos da classe operária.

Para o pensador sardo, essas instituições surgirão ao lado da ainda existente estrutura do aparato burguês, que será destruída no processo de disputa. A questão principal é: como surgirão instituições proletárias para reanimar a possibilidade de uma economia nacional e internacional libertas da tirania da burguesia na época do capitalismo, do monopólio mundial da produção e da troca? Esse debate aberto por Gramsci contempla a revolução no processo da revolução permanente,

durante a qual se afirmará o poder das instituições operárias surgidas da organização dos trabalhadores nas fábricas.

Na disputa hodierna da luta de classes, com base no pensamento de Gramsci, a disputa pelo poder se dará na dualidade entre as organizações que sairão do ambiente fabril, que construirão o Estado operário. É dessa possibilidade de construção da hegemonia proletária que poderá surgir, a partir do papel de um novo operador político, uma nova direção ética e moral para a sociedade em processo de transformação social.

### **GYÖRGY LUKÁCS, NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO O ESTADO É UMA CIDADELA A SER DESTRUÍDA<sup>5</sup>**

György Lukács constituiu um arcabouço seminal sobre a transição, quando apresentou no debate sobre os Conselhos Operários uma baliza elementar: o campo da luta de classes cresce e compreende o conjunto desbloqueado dos espaços onde ela pode se revelar, contribuindo, assim, para explodir as cidadelas do Estado e suas fronteiras. Na reflexão do pensador húngaro a luta contra o estado capitalista é fundamental, pois o Estado se materializa como “arma da luta de classes”.

György Lukács encontra em Marx e Engels, distanciando-os dos oportunistas da Segunda Internacional, a tese de que a questão do Estado é extremamente relevante para as possibilidades da revolução proletária, utilizando-se dessa abordagem como referencial para enfrentar a “essência revolucionária” de sua época. Lukács qualificou os pensadores reformistas do período em questão como sendo aqueles que capitularam ao modelo de Estado desenvolvido na sociedade burguesa, e essa crítica se dirige essencialmente a Kautsky e a Bernstein.

Nessa formulação de G. Lukács percebemos, de forma concreta, a notável influência de Lenin. Essa influência permite reconhecer a relação teórica de Lenin com Marx na interpretação de uma “posição proletário-revolucionária sobre o problema do Estado” (LUKÁCS, 2013), salientando

---

<sup>5</sup> Eixos temáticos para essa análise encontram-se em: LUKÁCS, György. O Estado como arma. In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 127-139.

que Lenin não fez uma abstração sobre a questão, mas levantou o problema a partir das tarefas dos trabalhadores que faziam o enfrentamento na luta de classes, tendo como eixo central a direção da tomada do poder.

Na interpretação de Lukács, Lenin rompeu com o programa de uma teoria geral do Estado baseada em postulados diletantes e, pautado pelas análises concretas feitas por Marx sobre a Comuna de Paris, avançou no debate sobre a questão do Estado, a partir das contradições do momento histórico em que as lutas do proletariado se projetavam em um cenário em aberto. Transparece nos estudos de Marx, Engels e, principalmente, em Lenin – chamado à atenção por Lukács – que a questão do Estado é o objetivo que deve movimentar os trabalhadores nas tarefas cotidianas, e não apenas quando se apresentar o “objetivo final”. Na tese de Lukács, Lenin deu a importância devida ao papel do Estado na história contemporânea, o que contribuía para educar os trabalhadores em sua luta pelo poder. Contudo, isso ocorria, principalmente, porque ele acentuava em suas análises o “Estado como arma da luta de classes”.

Nessa investigação sobre o papel do Estado, Lukács antecipa um grande debate contemporâneo, ao sinalizar que os instrumentos de luta em curso (partido, sindicato e cooperativas) são, já naquele momento, “insuficientes para a luta revolucionária do proletariado”. O entendimento político do pensador húngaro, na perspectiva projetada, é a construção de uma representação que unifique todo o proletariado às amplas massas, ainda dentro da sociedade burguesa, para pôr a revolução “na ordem do dia” – e, para ele, esse instrumento seria os Conselhos Operários que se tornariam os operadores políticos da revolução e da transição.

Em suas formulações, G. Lukács, afirma que os Conselhos aparecem como “organização de toda a classe”. Eles devem agir para desorganizar “o aparelho de Estado burguês”. No contexto dessa desorganização, eles, enquanto representação de classe, deverão entrar em choque com a possível tentativa da burguesia de impor uma ampla repressão para recompor seu poder. É diante dessas contradições que os Conselhos Operários se apresentam como aparelhos de Estado na perspectiva da “organização da luta de classes”. A partir de sua análise sobre a Rússia em 1905, podemos compreender que os Conselhos “são um contragoverno”

que enfrenta o “poder estatal da burguesia”. É importante salientar ainda a crítica de Lukács a Martov: este último compreende os Conselhos “como um órgão de luta”, sem necessariamente transformar-se em aparelho de Estado, enquanto, para o primeiro, essa posição afastaria os trabalhadores da revolução e da “real conquista do poder pelo proletariado”.

Durante esse debate, surgiu uma importante polêmica sobre o papel do sindicato e do partido. Lukács criticou aqueles que queriam substituir de forma permanente esses dois instrumentos pelos Conselhos, confundindo o entendimento do que seja, ou não, uma situação revolucionária. Ele afirmou que o Conselho Operário, enquanto aparelho de Estado, “é o Estado como arma na luta de classes do proletariado”. No entanto, para fazer a defesa dessa posição leniniana, Lukács atacou o reformismo oportunista e sua “capitulação ideológica à burguesia”. Ainda nesse debate, criticou a ideia de democracia da socialdemocracia e seu projeto de “agitação pacífica” para a modificação da sociedade de forma não revolucionária, ao considerar que, para se chegar ao socialismo, as ideias dos trabalhadores irão num crescendo até a conquista do poder. Os reformistas se mantêm no campo da “democracia pura, formal”, e se iludem com o voto do cidadão abstrato, considerado por Lukács como “átomos isolados do todo estatal”, na contramão das pessoas concretas, “que assumem um lugar na produção social, que seu ser social (que articula o seu pensamento etc.) é determinado por essa posição”.

Ainda nesse debate temático (democracia), o filósofo marxista húngaro identifica o “domínio minoritário da burguesia” na “desorganização ideológica” para transformar a democracia pura e formal em um instrumento de regulação da vida social. Para responder a essa situação (desorganização), os Conselhos devem ser reconhecidos como o “poder de Estado do proletariado”, ao passo que avançam para destruir “a influência material e ideológica da burguesia” (LUKÁCS, 2013) sobre as massas.

É importante garantir o contrafogo ideológico e contribuir para o surgimento de condições de direção do proletariado “no período de transição”. O proletariado tendo os conselhos como sistema de Estado, deve marchar para continuar destruindo a burguesia em todas as suas

frentes. Neste sentido, o sistema de Conselhos, agindo de forma educativa e autônoma, deve incentivar uma participação que articule “uma unidade indivisível entre economia e política, ligando, desse modo, a existência imediata das pessoas, os seus interesses cotidianos etc. com as questões decisivas da totalidade” e contribuindo assim para evitar a burocratização.

Para Lukács, esse movimento do sistema de Conselhos e do Estado proletário “é um fator decisivo na organização do proletariado em classe”, permitindo que, agora, o tornar-se consciente e classe para si se efetive. Lukács, com base em Lenin, considera que o Estado proletário é abertamente um Estado de classe, sem a farsa montada pela burguesia para transformar seu Estado em Estado de todos. Mais uma vez, esse debate teórico demonstra que a atualidade da revolução passa pela problemática do Estado e do socialismo. Portanto, os Conselhos Operários estão na gênese dessas possibilidades.

#### **KARL KORSCH, A QUESTÃO DA SOCIALIZAÇÃO COMO BALIZA PARA A DEMOCRACIA SOCIALISTA<sup>6</sup>**

Após a derrota do que seria o socialismo de Estado na União Soviética, e nos países das democracias populares do Leste Europeu, a discussão sobre a socialização, enquanto pressuposto da democracia socialista, ganhou dimensão de balanço para os trabalhadores e suas aspirações.

Os estudos e a contribuição de Karl Korsch nos permitem abrir pistas e trilhas para que possamos compreender e invocar possibilidades de novas experiências de transição. Pensador da auto-emancipação proletária, este estudioso dos processos de transição, pouco conhecido no Brasil. Examinou a questão dos Conselhos a partir da autonomia operária de forma inovadora, possibilitando visualizarmos as formas da organização política dos trabalhadores no processo de ruptura social.

Em 1919, momento em que a experiência socialista começava na Rússia dos Conselhos, Korsch (2013) examinava as etapas da

<sup>6</sup> Tópicos centrais para essa reflexão encontram-se em KORSCH, 2013.

socialização, que começava com uma “nova regulamentação”, que incluía “socialização dos meios de produção”, e a “provocada emancipação do trabalho”, que implicava posteriormente na socialização do trabalho. Em seus estudos, Korsch qualificava a produção como relações sociais, e a supressão da propriedade privada dos meios de produção como o primeiro passo da socialização.

No debate animado por ele, aparece a contraposição entre a ordem capitalista (privada) e processo de socialização (conjunto público de produtores e consumidores). No exame do que seria o capital, Korsch identifica que a produção só se configura em capital “com o surgimento do trabalho assalariado”. Aprofundando argumentos contidos no Manifesto Comunista, analisa que a ordem social capitalista se movimenta por meio do antagonismo entre o capital e o trabalho. Sendo assim, o capital se estabelece como dominação privada da produção social, a partir da consolidação da “propriedade privada” e do “trabalho assalariado não livre”. Essa forma historicamente dada de produção social é o capitalismo.

No processo de transição, a socialização da produção do sistema capitalista é, ao mesmo tempo, o desaparecimento do “antagonismo entre capital e trabalho”. Não obstante, novas leituras surgidas no ambiente da Segunda Internacional pautarão o debate. Sendo assim, mesmo de forma sumária, podemos afirmar que a socialização dos meios de produção e uma política social são os dois caminhos para a socialização/democratização na sociedade em transição.

Nesse momento, começo do poder soviético, Korsch apresentou um rico debate ao tratar da desapropriação, discutir as formas mistas e associadas de propriedade e examinar as ideias reformistas de Eduard Bernstein. Critica de forma contundente a chamada política social que mantém a propriedade privada e que abranda as contradições entre capital e trabalho. Para este teórico, só haverá socialização quando houver “uma mudança radical”. Medidas para humanizar a propriedade não são socialização, nem socialismo.

No contexto desse debate, a questão da socialização, ele também faz uma crítica a Karl Kaustky, quando afirma que a socialização é a “total

eliminação da propriedade privada da produção” (KORSCH, 2013, p. 145). Diante dessa hipótese de trabalho, para compreender o processo soviético, constatamos o objetivo dos seus estudos e da sua luta: socialização como eixo basilar para a democracia socialista. Assim, a socialização trará no seu desenvolvimento uma contradição de interesses, envolvendo produtores e consumidores. Essa contradição não pode abrir janelas para uma perspectiva de capitalismo de Estado em virtude dos respectivos interesses. Não se trata de um “novo capitalismo”, mas a destruição de todas as formas que qualificam essa possibilidade.

A problemática das reivindicações dos produtores e consumidores deve encontrar saída na regulação da socialização com suas formas de integração e complementação, dentro do sistema que está sendo criado na transição. Portanto, algumas questões se colocam: como dividir o rendimento da produção? Como será o domínio do processo de produção? O trabalho assalariado é ou não compatível com a economia comum socialista? Esses são problemas que encontraram repercussão no debate feito por Korsch.

Korsch (2013) ainda se preocupou com duas questões podem ser destacadas: o salário é a forma técnica de distribuição do rendimento da produção? E a autonomia industrial será também a forma política para avançar a socialização, como modo de representação dos produtores e consumidores? A profundidade das questões apresentadas por Korsch extrapola nosso comentário e nossa investigação. São temas que se impõem ao processo de transição, trazidos pela pesquisa desse teórico, mas também pela convicção revolucionária desse intelectual orgânico.

No arcabouço do debate e investigação realizada por Korsch, percebe-se que a operação política desse processo terá o protagonismo dos trabalhadores. Todavia, o desenvolvimento das questões levantadas por ele nos permite indagar: como se dará a regulamentação jurídica das relações de produção? Como garantir a verdadeira socialização, e como surge a propriedade comum socialista? São questões que se impõem para debater o processo de transição e nos auxiliarem na reflexão sobre o conjunto de questões que contribuiram para a derrota do poder soviético.



## ALGUMAS PISTAS PARA CONTINUARMOS O DEBATE

Nas primeiras aproximações que nos orientam na conclusão deste texto, penso ser importante afirmar que a questão central do exame sobre os Conselhos Operários é a transição. O pensamento marxista atual tem que, com base na experiência das revoluções do século XX, aprofundar as balizas centrais de uma teoria da transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista. No conjunto do artigo apresentamos fragmentos de alguns teóricos marxistas, inclusive Marx, que nos informam que sem uma teoria da transição a classe trabalhadora não conseguirá elaborar um programa político para a revolução/transição.

Marx (2011; 2012), Lenin (1980), Charles Bettelheim (1979), Pierre Chaulieu (1975), Vania Bambirra (1993), Mao Tsetung (1975), para de forma sucinta ficarmos apenas nesses, apresentaram um complexo corpo de formulações sobre o tema da transição. Contudo, o debate sobre a política, o Estado e a burocracia devem encontrar ressonância na investigação sobre o processo de transição. Fica nítido em vários autores do campo marxista que não podemos separar a política e a economia na transição socialista. Diante dos impasses em virtude das derrotas do socialismo de Estado no século XX, temos um conjunto temático que precisa ser examinado a partir do legado revolucionário exposto neste trabalho. Trata-se da questão do pluralismo socialista, o impactante tema da burocracia que pode ser adicionado à problemática da divisão do trabalho. Afinal, para Lenin a burocracia era uma “úlceras”, para Trotsky era uma “gritante contradição” e para Josip Tito, um “polvo de milhões de tentáculos”.

Soma-se a esses pontos a temática da transformação das relações de produção. Marx (2012) afirmava que “a raiz de uma organização social reside nas forças produtivas” (2012). Mao Tse Tung (1975) ao examinar a questão da transição, considerava que era fundamental a transformação radical das relações de produção, contudo, adicionava a importância do papel da superestrutura, particularmente da política. Para o pensador chinês, era necessário derrubar a antiga superestrutura com a revolução; criar novas relações de produção; efetivar a transição como uma permanente revolução nas forças produtivas para a realização das necessidades humanas

e tudo isso com base em um novo patamar da ideologia e da política. Essa análise de Mao Tse Tung é basilar para podermos construir uma crítica consistente ao economicismo - nesse sentido – a experiência da Revolução Cultural exerceu um profundo papel nessa crítica.

São pontos que somados a análise dos impasses do poder e do Estado soviético podem desvelar perspectivas necessárias para entendermos se os trabalhadores seriam vitoriosos através da construção de um socialismo de Estado ou seria importante construir uma alternativa que se orientasse pelo afinamento do Estado? Questões sempre colocadas na ordem do dia se reafirmam: O que seria o Estado socialista na transição? Qual papel político teria a Ditadura do Proletariado diante do pluralismo socialista e da democracia socialista? São balizas teóricas que se apresentam ao programa do proletariado na sua luta pela autoemancipação.

## REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Editora da UNB, 1993.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética – Primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CHAULIEU, Pierre. *As relações de produção na URSS*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

GRAMSCI, Antonio. A conquista do Estado. In: PINHEIRO, Milton.;

MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 119-125.

KORSCH, Karl. O que é socialização?: um programa de socialismo prático. In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 141-169.

LENIN, Vladimir. Teses sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 77-83.

LENINE, Vladimir I. As tarefas imediatas do poder soviético. In: LENINE, V. I. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. 13 - 52.

LUKÁCS, György. O Estado como arma. In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 127-139.

LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 89-101.

MARX, K. A guerra civil na França (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano. (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 49-58.

MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano C. (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TSE TUNG, Mao. *La Construzione del Socialismo*. Roma: New Compton Editori, 1975.